

Socialismo: notas sobre revolução, transição e programa*

LUCIANO CAVINI MARTORANO**

O objetivo deste artigo é procurar apontar a pertinência de uma diferenciação teórica entre dois objetos analíticos distintos, embora organicamente relacionados: o de revolução e o de transição, ambos referentes à passagem de um modo de produção a um novo; para isso iremos nos apoiar, sobretudo, em parte da rica contribuição teórica de Nikolai Bukharin. A necessidade de tal distinção pode ser deduzida até mesmo do já conhecido debate marxista sobre a importância da formulação de dois programas revolucionários diversos: o *programa mínimo*, entendido como o projeto geral dos partidos socialistas visando a conquista do poder estatal através da revolução política dos trabalhadores, isto é, *grosso modo*, o programa da luta contra o capitalismo, e o *programa máximo*, válido para todo o conjunto da transição do capitalismo até o comunismo, ou seja, o programa de construção do socialismo. Um resultado deste debate foi a ampla aceitação da idéia de que a teoria marxista teria um papel fundador em qualquer um dos dois programas. Vale dizer, a teoria não poderia ser subsumida pelo programa revolucionário, exatamente porque seria ela quem forneceria os elementos conceituais indispensáveis para a formulação deste último¹.

* Este texto é a versão ligeiramente modificada de uma conferência proferida no III Colóquio Marx Engels, organizado pelo Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp, em novembro de 2003. A conferência fez parte da mesa-redonda intitulada "O marxismo e o programa socialista do século XXI". Neste trabalho retomamos também idéias já desenvolvidas no nosso livro *A burocracia e os desafios da transição socialista*. São Paulo, Editoras Anita Garibaldi e Xamã, 2002.

Os editores da revista agradecem ao Cemarx a cessão deste texto que fará parte de livro a ser editado em breve.

** Doutorando em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ).

¹ Sobre este ponto específico parece haver concordância entre Trotsky e Stalin, pois o primeiro sugeria que o programa seria "inseparável" da teoria (Leon Trotsky, *La revolución permanente*. Paris: Editions Ruedo Ibéri-

De nossa parte, ampliando tal concepção, indicamos que, para o marxismo, uma teoria da revolução socialista é fundamental para a formulação do programa da revolução proletária, assim como uma teoria da transição socialista tem o mesmo estatuto para o projeto de construção da nova sociedade.

Uma vez atingido o objetivo acima proposto, teremos dado um primeiro passo para poder responder às seguintes questões: a) qual é a influência da teoria da revolução socialista na formulação do programa da revolução política proletária? e b) qual é a influência da teoria da transição na definição de um programa para a construção do socialismo? Não temos, no entanto, a intenção de analisar neste texto o conjunto de questões que fariam parte de tais teorias, nem o modo de sua articulação interna.

Definido o tema do nosso artigo, é necessário apresentar duas observações preliminares. A primeira é de natureza epistemológica: incorporando um dos pontos centrais do pensamento althusseriano sobre o materialismo histórico, alertamos que tanto o problema da revolução política dos trabalhadores, no caso de sua vitória, como o da transição socialista são questões que se situam, como já foi apontado, no nível teórico da passagem do modo capitalista de produção para o novo, e não no nível de uma formação social concreta. Isto quer dizer que, neste plano de análise, faz-se abstração das chamadas particularidades, peculiaridades ou especificidades nacionais, até para não se correr o risco, entre outros, de confundir o particular com o geral, nem o elemento variável com o invariante.

A segunda observação é de natureza bibliográfica. O marxismo não detém o monopólio teórico sobre nenhum dos objetos em foco, seja o da revolução socialista, seja o da transição para o comunismo. A sociologia norte-americana, por exemplo, continua empreendendo esforços consideráveis na tentativa de construir uma teoria sociológica das revoluções, cujos resultados merecem ser estudados. Basta consultar o artigo de Marco Cepik, intitulado “Sociologia das revoluções modernas: uma revisão da literatura norte-americana”, publicado em 1996². Nele, o autor faz uma sintética resenha de um grande conjunto de autores³, informando-nos ainda que, naquilo que ele denomina “teorias de quarta geração – 1980 – 1994”, há, nos Estados Unidos da América, uma “(...)miríade de títulos recentes

co, 1972, p. 133), enquanto o segundo assinalava que o programa “se baseia” na teoria (J. Staline, *A estratégia e a tática dos comunistas*. SL; Edições Maria da Fonte, 1976, p. 201). Embora se possa perceber uma divergência na análise da relação entre os dois termos, ambos os autores destacam que a teoria é fundamental para o programa. Tal afirmação não ignora que cada um tinha uma concepção própria sobre a revolução e a transição socialistas.

² Marco C. Cepik, “Sociologia das revoluções modernas: uma revisão da literatura norte-americana”, in: *BIB*, Rio de Janeiro, nº 42, 2º semestre de 1996, pp. 59-107.

³ Tais como: Pitirim Sorokin, Crane Brinton, Chalmers Johnson, Samuel Huntington, Charles Tilly, Barrington Moore Jr., Eric Wolf, Samuel Eisenstadt, Theda Skocpol, e vários outros.

sobre sociologia das revoluções”⁴. Algumas das questões abordadas por esta literatura merecem menção: a definição de revolução; a sua tipologia, natureza ou caráter; o seu padrão – Ocidental ou Oriental; as condições para a sua emergência (pré-requisitos, fatores desencadeantes, variáveis); a dinâmica do processo revolucionário; os agentes da revolução; a necessidade ou não de determinadas alianças entre classes e frações de classe; a influência dos fatores internos e externos; o recorte de fases e etapas na revolução e na crise revolucionária; o ritmo do processo de transformação; o recurso à violência; o alcance das mudanças obtidas – curto ou longo prazo; o papel da ideologia e da cultura etc. É claro também que muitos desses temas foram, com diferentes graus de sistematização, objeto de estudo de Marx, de Engels e de muitos autores marxistas durante o séc. XX, pelos menos até as décadas de 1970 e 1980.

Revolução e transição

Bukharin, em *Teoria económica del periodo de transición*⁵, parte da já tradicional concepção marxista de revolução social – entendida, de um lado, como um processo de transformação radical da sociedade, implicando uma mudança, qualitativa e substancial, na economia, na política, e na ideologia, e, de outro lado, como um fenômeno social que não ocorre nem casual, nem arbitrariamente, nem tampouco como expressão da vontade de agentes sociais ou de organizações políticas. Tal processo compreende ainda a derrocada do Estado das antigas classes dominantes e a conquista do poder de Estado pelas classes dominadas. Para, depois, sistematizar o que chama de “fases” da revolução socialista. Note-se que ele também está respaldado na concepção marxista sobre a diferença entre a revolução socialista e a revolução burguesa: a primeira seria um novo tipo de revolução, tendo como resultado a subida ao poder de uma antiga classe explorada cujo objetivo, ao contrário das anteriores, não seria o de consolidar indefinidamente a sua dominação, mas o de acabar com toda espécie de domínio social, o que seria atingido apenas no comunismo, com a supressão do Estado e das classes sociais.

Quais seriam as “fases” da revolução proletária? Bukharin distingue quatro, indicando as principais características de cada uma delas:

1) a primeira é a *revolução ideológica*, que seria “impulsionada” a partir da esfera econômica, ou seja, pelo conflito existente entre as forças produtivas e as relações de produção. Em outros termos, Bukharin retém, para a análise do

⁴ Cepik, *op. cit.*, p. 88.

⁵ Nicolai Bujarin, *Teoria Económica del Periodo de Transición*. 2ª edição. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1974. No Brasil, Jacob Gorender, no volume dedicado a Bukharin na coleção Grandes Cientistas Sociais da Editora Ática, publicou trechos desta obra do dirigente bolchevique.

processo de mudança social, o papel de determinação em última instância do econômico. O traço marcante dessa primeira fase seria o que o autor chama de “destruição da ideologia da paz interior”⁶, e, especialmente, a tomada de consciência da classe operária sobre a necessidade de conquistar o poder político. Com isso, abrir-se-ia um período de crise aguda no interior da sociedade burguesa, afetando gravemente, senão paralisando, o seu próprio funcionamento reprodutivo. A crise seria concebida no sentido forte do termo: ela seria capaz de desembocar em uma conjuntura de “situação revolucionária”, qualificada por Lenin como uma crise geral nacional envolvendo exploradores e explorados; e reconceituada mais tarde por Poulantzas como uma “*situação particular de condensação de contradições*”⁷. Tanto para Lenin como para Poulantzas, a conjuntura de crise revolucionária não tem o seu resultado fixado previamente; isto é, ela não pode ser entendida teleologicamente, já que nem toda situação de crise desemboca em uma revolução socialista, sabendo-se que o capitalismo pode reabsorvê-la e garantir a continuidade de sua reprodução.

2) A segunda “fase”, para Bukharin, envolve o processo de transformação da revolução ideológica “(...) em ação, em guerra civil, em luta pelo poder político. O aparelho político da burguesia é destruído. Estabelece-se o sistema da ditadura do proletariado: a república dos conselhos”⁸. Este é o momento em que ocorre a *revolução política*, no bojo daquilo que Poulantzas, apropriando-se do trabalho teórico de Gramsci, chamou de “crise de hegemonia”. Essa crise, também denominada por Poulantzas de crise orgânica ou crise estrutural, é concebida como a combinação, a um só tempo, da crise econômica e da crise política, atingindo o conjunto das relações sociais⁹. Ainda nas palavras desse autor, a crise de hegemonia emerge em uma “conjuntura particular” que se apresenta como uma “(...) situação de desvendamento e condensação das contradições inerentes à estrutura social”¹⁰. Ele chama ainda a atenção para o fato de que, nesta conjuntura, “(...) a crise política se articula sempre a uma crise ideológica, que é um elemento constitutivo da crise política”¹¹. E, especialmente, que “(...) a crise política (...) se articula

⁶ Bukharin, *op. cit.*, p. 43. A tradução do texto em espanhol é nossa.

⁷ Nicos Poulantzas, “As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado”, in: Nicos Poulantzas (Org.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977, p. 6.

⁸ Bukharin, *op. cit.*, p. 43.

⁹ Poulantzas, *op. cit.*, p. 10.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 10.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 13.

notadamente a uma crise da ideologia dominante”¹². Um exemplo do efeito de possível desvendamento desta crise, exemplo citado pelo próprio Poulantzas, é a possibilidade de a mesma redundar na revelação da real natureza de classe do Estado para os diferentes grupos sociais, sobretudo para as classes dominadas, colocando assim em xeque a ideologia do Estado neutro, suposto representante do interesse nacional e da vontade geral. Como desdobramento disso, ocorreria o fim do chamado “consenso” das classes dominadas sob o poder das classes dominantes, e também a politização da luta dos trabalhadores com o aumento de sua organização política autônoma, bem como o incremento da atividade de suas organizações classistas.

Para Bukharin, então, o primeiro ato da revolução política socialista vitoriosa vai ser a instauração de um novo tipo de Estado: a ditadura do proletariado, que substitui o antigo Estado burguês. Nesse momento, a revolução dá um salto de qualidade, realizando a ruptura com o velho sistema de dominação burguesa. É só a partir daí que tem início a transição socialista, sem, no entanto, que tenha terminado todo o processo da revolução socialista. A necessidade dessa ruptura já fora colocada tanto por Marx quanto por Engels, que apontaram para a impossibilidade de o Estado burguês se empenhar na construção do socialismo¹³.

A questão da admissibilidade ou não da ruptura política como condição necessária para o começo da transição socialista sempre foi, e ainda é, um dos temas mais controversos do debate marxista e de correntes que reivindicam alguma vinculação com o marxismo, desde as interpretações de Bernstein e de Kautsky, em finais do séc. XIX e início do séc. XX, até autores mais recentes. Luciano Gruppi, por exemplo, nega a necessidade de uma ruptura política radical afirmando que “A destruição do Estado [burguês] (...) apresenta-se como um processo que se inicia antes da tomada do poder pela classe operária e os seus aliados [que são capazes de criar] um novo tipo de democracia (...)” ainda no interior do capitalismo¹⁴. Nesta ótica, percebe-se que a luta pela destruição do Estado burguês acaba se convertendo em reivindicações por reformas no âmbito das instituições da democracia capitalista. Já Christine Buci-Glucksmann, ao tentar compatibilizar essas duas perspectivas teóricas distintas, admite, formalmente, a “ruptura dos equilíbrios sócio-políticos dominantes”, mas a sua preocupação essencial parece ser a

¹² Idem, *ibidem*, p. 14.

¹³ Ver *A guerra civil em França*, de Marx, e *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, de Engels – para citarmos apenas dois trabalhos dos fundadores do materialismo histórico.

¹⁴ Luciano Gruppi, “Sobre a relação democracia/socialismo”, in: Etienne Balibar *et alii*. *O Estado em discussão*. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 63.

ruptura teórica com a “concepção instrumental e restrita” do Estado (como governo e como aparelho de coerção)” e a passagem “a uma concepção mais ampla (dominação + hegemonia)”¹⁵. No entanto, para além da discussão sobre a concepção de Estado, que não é o objeto em foco, o “momento de ruptura” só é mantido pela autora “a título de tática”, isto é, como elemento subordinado à estratégia da “guerra de posição”, apoiando-se nos termos de Gramsci¹⁶. Nesse caso, nota-se que a ruptura política revolucionária se transmuta em uma ruptura teórica de sentido reformista.

3) Voltando a Bukharin, a terceira “fase” da revolução socialista é a da *revolução econômica*. Ela revela parte do enorme significado que o Estado socialista vai ter no desenvolvimento posterior do processo de transformação social, e no início da construção do socialismo. Nos seus termos, a ditadura do proletariado serve de “forte alavanca” para a revolucionarização da base econômica: as antigas relações de produção capitalistas são “quebradas”, a velha estrutura do processo de produção é superada, e em “um processo longo e cruel” surge um novo tipo de relações de produção, as relações socialistas. Com elas, é colocado o “cimento” da nova sociedade, ou seja, a base da nova estrutura social total¹⁷.

Posto isto, extraímos a seguinte conclusão: o socialismo não é redutível apenas ao desenvolvimento das forças produtivas (para não falar de um processo de mera redistribuição de renda); não pode, tampouco, ser compreendido apenas como a estatização/nacionalização dos meios de produção; nem sequer como a combinação da propriedade estatal com a planificação econômica. Os três elementos são necessários, mas insuficientes para caracterizar a transição socialista: sua efetiva realização econômica é impensável sem a completa revolucionarização das relações de produção e da divisão de trabalho capitalistas, que permanecem enquanto tais mesmo após a vitória da revolução política do proletariado. É por isso que Etienne Balibar, em “Acerca de los conceptos fundamentales del materialismo histórico”, formula, como um dos elementos centrais de sua morfologia da transição, a defasagem, por antecipação, da estrutura jurídico-política sobre a estrutura econômica¹⁸. Ou seja, trata-se do reconhecimento da importância decisiva que o Estado soci-

¹⁵ Christine Buci-Glucksmann, “Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva”, In: Franco Ferri (Coord.). *Política e história em Gramsci*, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, s/d, pp. 134 e 144.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 134.

¹⁷ Bukharin, *op. cit.*, p. 43.

¹⁸ Etienne Balibar, “Acerca de los conceptos fundamentales del materialismo histórico”, in: Louis Althusser e Etienne Balibar. *Para leer El Capital*. 4ª ed. México d.f.: Siglo Veintiuno Editores, 1970.

alista tem na criação do conjunto de condições necessárias para que se instaure uma efetiva gestão operária nas unidades de produção, através do processo de transferência das atribuições da burocracia e do conhecimento de especialistas e técnicos para os produtores diretos (processo análogo, diga-se de passagem, ao da desestatização socialista, que consiste na apropriação pelos trabalhadores das tarefas outrora atribuídas à burocracia do aparelho estatal).

4) Para encerrar a apresentação do “esboço” formulado por Bukharin falta uma sumária menção à sua quarta e última “fase”: a da *revolução tecnológica*, precedida pelo estabelecimento de um novo e “relativo equilíbrio social” capaz de assegurar um “correto funcionamento” das forças produtivas. Esta “fase” envolveria a revolucionarização dos métodos técnicos, a modificação e a rápida melhoria da “técnica social racionalizada”¹⁹.

É preciso, porém, registrar que esse dirigente bolchevique não tira todas as conseqüências desta sua posição teórica. Isso porque, politicamente, e a exemplo do que fazem Lenin e outros bolcheviques nesse período que antecede a década de 20 do século passado, Bukharin passa a defender, entre outras coisas, a manutenção da antiga hierarquia capitalista no interior do processo de trabalho, devido às enormes dificuldades econômicas que atravessava a nascente Rússia soviética. Historicamente, o desafio da revolucionarização da base econômica na transição socialista voltou a emergir como questão central apenas durante a breve experiência da Revolução Cultural Chinesa, na segunda metade dos anos 60 do séc. XX, o que revela a sua enorme complexidade.

Antes de passarmos para o novo item deste artigo, duas ponderações sobre o que foi exposto anteriormente. A discussão sobre as fases e/ou etapas da revolução e do socialismo na bibliografia marxista é relativamente extensa e foge do propósito deste texto comentá-la. De todo modo, é preciso registrar que o ponto nodal da questão parece localizar-se na definição do critério principal para o recorte analítico entre as diferentes fases e/ou etapas do conjunto do processo. Vale dizer, qual seria a variável teórica independente e qual – ou quais – a(s) dependente(s): o desenvolvimento econômico; a consolidação das vitórias políticas, ou até ideológicas; o resultado conjuntural da luta de classes? A questão permanece em aberto. A segunda observação diz respeito ao fato de que Bukharin não estabelece uma “muralha da China” entre uma “fase” e outra da revolução socialista, pois sublinha que, na definição de cada uma delas, o importante é o seu “centro de gravidade”, a sua “característica predominante”, os seus “traços típicos”²⁰. Isto significa que as quatro transformações mencionadas (a

¹⁹ Bujarin, *op. cit.*, p. 43.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 44.

ideológica, a política, a econômica e a tecnológica) podem, e em alguns casos devem, ocorrer simultaneamente, registrando-se, por obra das diferenças de ritmo, a contínua influência de uma sobre a outra. O pré-requisito mais importante para o desenvolvimento completo da revolução e da transição é, reiterando, a conquista do poder estatal pelos trabalhadores e suas vanguardas políticas. Já a revolução ideológica continuaria durante todo o período de construção da sociedade socialista. Como sugeriu Mao Tsé-Tung, sem a luta consciente dos trabalhadores pela sociedade sem classes no interior do socialismo, o comunismo não seria atingido²¹. Esse movimento se volta não apenas contra as posições das antigas classes dominantes derrotadas, mas, destacamos, objetiva também a solução de novos conflitos surgidos sob as condições sociais modificadas, eventualmente entre os trabalhadores e a nova burocracia, ou entre os produtores diretos e os novos especialistas no processo de trabalho, ou ainda entre as diferentes categorias profissionais na busca do atendimento de reivindicações específicas, e até mesmo entre o povo e as organizações políticas que disputam a sua representação.

Vale notar que a proposta de Bukharin é também teoricamente compatível com outro elemento do materialismo histórico resgatado e valorizado pelos autores althusserianos, qual seja, o da existência de temporalidades diferenciais, isto é, o da presença, em cada uma das instâncias da estrutura social total, de ritmos diferentes de desenvolvimento. Tal elemento ganha uma eficácia teórica particular quando aplicado aos processos de transformação de um modo de produção para outro²². Curiosamente, esta reflexão pode ser encontrada em autores não vinculados ao marxismo como S. N. Eisenstadt, em seu livro *Revolution and transformation of societies*, onde se distingue “(...) as mudanças *segregadas* – mudanças desconectadas em várias esferas sociais com temporalidades diferenciadas – das mudanças *coalescentes* – que são mudanças conexas e concentradas temporalmente em diversas esferas sociais”, como assinala Marco Cepik²³, ou como Crane Brinton, que, ainda segundo Cepik, afirma em *Anatomy of Revolution*, que as “uniformidades básicas que marcam a irrupção da revolução” não “se manifestam na mesma sequência temporal”²⁴.

²¹ Consultar Mao Tsé-Tung, *La costruzione del socialismo*. Roma: New Compton Editori, 1975.

²² Este último aspecto foi acentuado por Décio Saes em “O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira”, publicado no livro *História do marxismo no Brasil*, vol. III (Teorias, interpretações). Campinas: Editora da Unicamp, 1998, pp. 53-55.

²³ Cepik, *op.cit.*, p. 81.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 62.

Teorias e programas

A transição socialista implica a transformação permanente de todas as instâncias da totalidade social do capitalismo até o comunismo²⁵. Impõe-se, agora, a pergunta: no que, teoricamente, a transição se diferencia da revolução social? Rigorosamente, não se poderia falar de uma distinção envolvendo a natureza geral do objeto, já que ambas se referem à mudança radical e contínua de uma dada estrutura social total, isto é, de todas as estruturas regionais de um modo de produção específico, até a formação de uma nova estrutura social total. Onde estaria, então, a diferenciação?

Para se tentar dar um passo adiante, citemos a definição dada por Lin Piao para “a teoria marxista-leninista da revolução proletária”: segundo o dirigente chinês, esta é “(...) a teoria que ensina a apoderar-se do poder político com a violência revolucionária”²⁶. Generalizando, pode-se afirmar que a teoria da revolução social compreende, especialmente, a análise das condições necessárias para a conquista do poder em geral, e não apenas a do poder estatal, ou político (em um processo dialético de destruição, e, sobretudo, de construção envolvendo as esferas da política, da economia e da ideologia), enquanto a teoria da transição nos remete ao exame dos elementos exigidos para o surgimento, a instauração e a consolidação das novas estruturas do modo de produção a ser implantado. No caso a que se refere a citação de Lin Piao, diríamos que, se a teoria da revolução ajuda o proletariado a apoderar-se do poder político, a teoria da transição procuraria responder as questões concernentes à construção e ao desenvolvimento da nova estrutura jurídico-política no socialismo, principalmente, mas não só, a do novo Estado socialista nas condições de uma democracia dos trabalhadores.

Uma teoria da revolução social socialista teria como objetivo analisar o conjunto de condições que envolvem a superação radical do capitalismo, como requisito necessário, mas insuficiente, para a construção do socialismo. Já a teoria da transição socialista teria como objetivo o estudo do conjunto de questões que envolvem a própria construção do socialismo, como passagem para o comunismo. Portanto, a postulação da pertinência da formulação de duas teorias distintas pressupõe a existência de dois objetos analíticos diferentes, ambas com o mesmo estatuto teórico, já que permitem a postulação não só de teorias gerais (da revolução e

²⁵ Tal concepção não descarta a possibilidade de um modo de produção socialista desde que tenha características específicas, diferentes de todos os outros modos de produção – entre outras, a existência de uma estrutura jurídico-política que contenha em si “(...) os elementos que possibilitam dialeticamente o início imediato de sua negação”. Luciano Cavini Martorano, *op. cit.*, p. 82.

²⁶ Lin Piao *apud* Franz Márek, “Teorias da revolução e fases da transição”, in: Eric J. Hobsbawm (Org.). *História do marxismo XI – O marxismo hoje (1ª parte)*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989, p. 79.

da transição), válidas para quaisquer modos de produção, como também a de teorias particulares (a da revolução social capitalista, a da socialista; a da transição para o feudalismo, para o comunismo etc.). A revolução social anticapitalista, no sentido estrito, é a revolução política dos trabalhadores, envolvendo a criação do conjunto de condições necessárias para a tomada do poder, através do processo da luta de classes. A sua vitória dá início à transição socialista, e, ao mesmo tempo, assegura a continuação da revolução socialista no sentido lato, permitindo, sob novas condições, o fortalecimento da luta contra os elementos remanescentes do capitalismo, ainda presentes na nova sociedade.

É possível também estabelecer uma diferença de “dimensão” entre a revolução social e a transição para um novo modo de produção: a revolução social total – ideológica, política, econômica e tecnológica, como apontou Bukharin, seria concebida como um objeto teórico mais geral e a transição como um objeto teórico mais específico²⁷.

Passemos à teoria da transição. Sobre esse tema, merece destaque a contribuição de Charles Bettelheim, em *A transição para a economia socialista*, e, sobretudo, em *Cálculo económico y formas de propiedad*, assim como a de Etienne Balibar, no já citado texto “Acerca de los conceptos fundamentales del materialismo histórico”, para a formulação de três elementos classificatórios principais da transição de um modo de produção a outro, embora aqui referidos somente para a passagem do capitalismo ao comunismo:

1) *a sua genealogia*: isto é, a pesquisa sobre as tendências presentes no capitalismo que criariam algumas das condições necessárias para a sua superação dialética, como a contradição entre o caráter social da produção e a sua apropriação privada. Para Bettelheim, esta análise poderia ser igualmente denominada “teoria das origens” do socialismo²⁸.

2) *a sua morfologia*: envolvendo o período que se inicia com a tomada do poder pelos trabalhadores e vai até o comunismo. Da leitura do texto de Balibar, que se dedica principalmente à transição do feudalismo para o capitalismo, se depreende a existência de três componentes, assim sumariamente mencionados:

²⁷ Esta é a formulação contida na análise de Décio Saes sobre a revolução burguesa em *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985, pp. 15-16. Para o autor, a revolução social total, no sentido amplo, é compreendida como sinônimo de transição; enquanto cada esfera da sociedade é transformada por uma revolução, no sentido estrito, específica e particular.

²⁸ Charles Bettelheim, *A transição para a economia socialista*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1969, p. 23.

a) uma primeira não-correspondência, localizada no interior da estrutura econômica, entre a relação de propriedade (que define o “uso” dos meios de produção para determinados fins, assegurando a direção do processo de trabalho apenas para alguns agentes e não para outros), e a relação de apropriação real (entendida como a capacidade dos agentes de colocarem os meios de produção em funcionamento), manifestada pela separação entre os trabalhadores e os meios de produção – pertencentes ao seu proprietário –, concomitantemente com a não-separação entre o produtor direto e os mesmos meios de produção – pois este produtor ainda detém, no período da manufatura, a capacidade de colocá-los em funcionamento. Já na transição socialista, inicialmente, seria instaurada a propriedade socialista sobre os meios de produção – precedida pela sua estatização jurídica –, como condição necessária, mas insuficiente, para o desenvolvimento de forças produtivas socialistas; cuja possibilidade de existência dependeria da revolucionarização das relações capitalistas de produção;

b) uma segunda e já citada não-correspondência, referente agora ao plano da estrutura social total, entre duas estruturas regionais; a estrutura jurídico-política se antecipa, em decorrência da conquista do poder político pela classe revolucionária, à estrutura econômica;

c) essas duas não-correspondências exprimiriam a articulação, em uma dada formação social, de diferentes modos de produção;

3) *a sua dinâmica*: sobre esse tema, a mera menção de um de seus aspectos talvez contribua para mostrar-lhe a relevância para a teoria marxista: admite-se, em geral, que unicamente o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo não seja suficiente para possibilitar o surgimento de uma situação de crise revolucionária, nem, eventualmente, o seu desfecho através da ruptura política. Mas tal constatação não basta. O problema seguinte é o da investigação sobre como o desenvolvimento das forças produtivas se articula, produzindo efeitos ideológicos e políticos, com o desencadeamento da luta de classes. Décio Saes, no texto já citado sobre a recepção do pensamento althusseriano no Brasil, propõe uma sintética formulação de uma *cadeia de causalidades* que se iniciaria com o “movimento da economia”, desembocando na criação das condições para a irrupção do antagonismo político propriamente dito – compreendido como a manifestação da luta de classes, no sentido forte da expressão, e com a conse-

qüente emergência da revolução social, até chegar-se à formação de um novo tipo de estrutura jurídico-política²⁹. Tal indicação pode ser interpretada também, de forma mais específica, como uma primeira indicação para a formulação de uma *dinâmica* da revolução política.

A teoria da transição se defronta ainda com o desafio de analisar temas mais particulares como o direito no socialismo, a democracia socialista, o modo de vigência da lei do valor no interior da nova economia etc. Além disso, convém indagar, para posteriores estudos, se a aplicação desses três elementos classificatórios (genealogia, morfologia e dinâmica) não complementaria a discussão sobre as “fases” da revolução social total, tornando-se parte integrante de sua teoria.

Por último, ao analisar a questão do programa revolucionário e de sua relação com a teoria, nos apoiamos na noção oferecida por Stalin, no texto supracitado: o programa trata da definição dos *objetivos* do movimento socialista para um determinado período histórico. Tal noção vai além da idéia de que o programa se limitaria à simples enumeração das medidas práticas a serem adotadas pelo novo poder revolucionário, por mais importantes que estas venham a ser. Ela ajuda ainda a compreender o seu enorme significado na luta pelo socialismo: ele torna-se a condição preliminar para que o movimento comunista possa elaborar uma estratégia e uma tática revolucionárias; adequadas tanto às diferenças nacionais, quanto às mudanças de conjuntura. Ou seja, o programa estabelece os princípios orientadores gerais da prática política transformadora. Sendo assim, para boa parte dos autores marxistas, o programa não pode ficar subordinado nem à estratégia, nem à tática; caso não queira sofrer o risco de servir como justificativa posterior para as políticas que priorizam o movimento em si, em detrimento dos seus objetivos finais, como defendeu Eduard Bernstein no final do séc. XIX. Estando, porém, subordinadas ao programa, a estratégia e a tática podem auxiliar enormemente na busca da concretização de tais objetivos.

É exatamente através de seu programa que os revolucionários comunistas podem se apresentar aos trabalhadores, como mostra a experiência do *Manifesto Comunista* de 1848. Do contrário, como eles se engajariam em um processo sem saber qual seria o seu resultado possível? Tal raciocínio é válido para a luta contra o capitalismo sob a dominação do Estado burguês, e, mais ainda, para o esforço pela construção da nova sociedade, pois há diferentes concepções, mesmo entre as vanguardas políticas socialistas, sobre quais venham a ser as características principais da nova sociedade. Além do imenso e diversificado debate que tende a emergir no interior de uma democracia de massa, caracterizada pelo incremento da participação política dos trabalhadores, sobre a definição de prioridades a serem

²⁹ Saes, *op. cit.*, p. 51.

contempladas em cada momento histórico – prioridades políticas, econômicas, sociais, educacionais, ambientais etc., e que pode ensejar a proposição de diferentes alternativas para o Estado socialista, cristalizando-se em programas.

Para que possa desempenhar seu papel, o programa contém, conforme acentuou Lenin no 7º Congresso do Partido Comunista da Rússia, em 1918, uma parte teórica, uma parte política e uma parte “prática” – exatamente o elenco de medidas a serem adotadas pelo novo poder. Nesse discurso, Lenin sugere igualmente que o programa mínimo seria o da luta no capitalismo visando a conquista do poder político e o programa máximo seria o da construção do socialismo. Nesse caso, acrescentamos que não pode haver dicotomia entre os dois programas, já que embora cada um deles compreenda objetivos diferentes para situações distintas, há um nexos interno que os articula organicamente: o movimento socialista só pode se realizar plenamente na luta em prol do comunismo, cujo propósito histórico maior é a superação radical do capitalismo, e do próprio socialismo. É por isso que, nas palavras de Marx e de Engels, o “objetivo último” da revolução social socialista é a “supressão das classes”³⁰ Conseqüentemente, os adjetivos mínimo e máximo revelam o seu significado: o primeiro programa é parte do segundo; da mesma forma como, homologamente, Marx, na *Crítica ao Programa de Gotha*, concebia o socialismo como a *primeira fase* da sociedade comunista.

Se o socialismo é a transformação das relações de produção capitalistas e a desestatização de caráter socialista, nas condições de uma efetiva democracia dos trabalhadores, torna-se indispensável a elaboração de um programa para a sua construção que estabeleça os objetivos, as condições e as medidas práticas necessárias para a sua realização vitoriosa. Isto só pode ser realizado com êxito apoiando-se em uma teoria marxista da transição socialista. Na ausência desta, os marxistas estariam diante de obstáculos teóricos ainda maiores, e seus efeitos incidiriam não apenas sobre tal campo, mas se fariam presentes também sobre o das práticas políticas, econômicas e ideológicas.

Nesse sentido, mais do que se limitar à discussão de um “Programa de Transição” que, segundo a concepção de Trotsky, culminasse com a criação de um Estado dos Sovietes³¹, permanece o desafio da formulação do programa para toda

³⁰ Marx e Engel *apud* Jean-Pierre Lefebvre, “Révolution”. In: Gérard Bensussan e Georges Labica (Orgs.). *Dictionnaire Critique du Marxisme*. Paris: Quadrige/PUF, 1999:1007.

³¹ Este é o entendimento expresso, a título de exemplo, no artigo de Hector Benoit, “Sobre o desenvolvimento (dialético) do Programa” (*Crítica Marxista*, São Paulo, Editora Xamã, nº 4, 1997), quando o autor ao tratar da palavra de ordem “governo operário camponês” afirma: “entramos na fase definitivamente conclusiva da transição”. E ainda: “Finalmente, como resultado e término do processo transitório coloca-se o item ‘Os soviets’” (idem, *ibidem*, p. 4). Ora, de que “transição” fala o autor? Evidentemente não é da transição socialista, mas da revolução política que levaria os trabalha-

a construção do socialismo. Na verdade, abrindo um parêntese, não é difícil perceber que tal programa focaliza, especialmente, as palavras de ordem anticapitalistas, apresentando-as sob a forma de reivindicações-limite como possível fator de politização do movimento social em determinada conjuntura. Isto é, Trotsky está preocupado com um programa voltado para a tomada do poder pelo proletariado, baseado no chamado “sistema de reivindicações transitórias”. Mas isto não isenta o seu trabalho de questionamento sobre um ponto crucial para a teoria marxista: a idéia de um processo sempre ascendente no curso da luta de classes – tendo esta, por sua vez, um caráter permanente –, não faria com que a noção de “ponte” entre as reivindicações reformistas e as revolucionárias – central, na sua concepção –, contribuísse para obscurecer o postulado da ruptura política, necessária para o início da transição socialista? Mencionemos, por exemplo, o item 10 do “Programa de Transição”, intitulado “Os piquetes de greve, os destacamentos de combate, a milícia operária, o armamento do proletariado”. Não é difícil perceber que a partir de uma simples greve, cujo objetivo inicial pode ter apenas um sentido economicista e, portanto, funcional para a reprodução do capitalismo, esteja se sugerindo o desencadeamento direto de todo um processo cujo resultado final já está, de alguma forma, dado: a formação do exército do proletariado; o que, no entanto, só poderia ser efetivamente constituído a partir da destruição do exército burguês, ainda que se aceite a existência de um período, passageiro, de dualidade de poderes. Se isto estiver correto, podemos reconhecer que o negligenciamento da necessidade de uma teoria marxista da transição para o comunismo possibilita o obscurecimento de um aspecto central da teoria da revolução: a compreensão sobre a relação entre os fatores objetivos e os fatores subjetivos na emergência e na evolução da crise revolucionária.

A indiferenciação entre a teoria da revolução e a teoria da transição parece ter levado Ernest Mandel, na sua “Introdução” de 1972 ao *Programa de Transição* de Trotsky, a sobrevalorizar a importância do programa socialista. Para ele, a função do programa seria a de “ultrapassar” até mesmo as próprias insuficiências do fator subjetivo³². Além disso, a batalha pelos objetivos transitórios faria com que as “(...) lutas que aparecem aos trabalhadores como necessárias à solução de seus

dores ao poder. Naturalmente, um tal uso dos termos pode gerar incompreensões, pois contribui para a banalização do primeiro deles. É sintomático, aliás, que Benoit admita a necessidade de várias teorias, tais como: uma “teoria do programa revolucionário” (p.10), uma “teoria da tática do programa *transitório*” (p. 24), e ainda uma “teoria geral da tática” (p. 44 – aspas do autor); mas, além de não mencionar, em nenhum momento, a teoria da revolução permanente do próprio Trotsky, não reconheça a necessidade de uma teoria da transição socialista.

³² Ernest Mandel, “Introdução”, in: Leon Trotsky, *Programa de transição para a revolução socialista*. 2ª ed. Lisboa: Edições Antídoto, 1978, p. 13.

problemas, mas irrealizáveis no quadro do funcionamento normal do regime capitalista (...)", possam "desembocar" numa "(...) situação pré-revolucionária", envolvendo a "criação de organismos de dualidade de poderes (...)"³³. A grande tarefa dos revolucionários resumir-se-ia em "(...) injetar nas lutas a propaganda – e a agitação se possível – por reivindicações transitórias (...)", cumprindo deste modo seu "papel de verdadeira vanguarda histórica", e fazendo com que "(...) o movimento espontâneo ganhe consciência dos únicos objetivos que dão soluções duráveis e não passageiras"³⁴. Tal compreensão não deixa de encontrar respaldo no *Programa de Transição* de Trotsky, já que ele considera que a tarefa deste programa "(...) consiste numa mobilização sistemática das massas para a revolução proletária"³⁵. Dessa forma, o papel do programa é superdimensionado a tal ponto que ele surge como uma espécie de demiurgo não apenas da consciência socialista, como da própria situação revolucionária; chegando a ponto de permitir imaginar-se que a simples agitação e propaganda dos revolucionários possa substituir a própria ação política dos trabalhadores na luta social.

Concluindo, o legado teórico de Bukharin sobre as "fases" da revolução socialista, agregado à sua compatibilidade com as análises de Charles Bettelheim e de Étienne Balibar sobre a teoria da transição, fornece fecundas indicações para o aprofundamento do debate marxista. Ele permite recolocar o problema do desenvolvimento da teoria da revolução proletária e da teoria da transição, contribuindo para a discussão do programa socialista no séc. XXI.

³³ Mandel, *op.cit.*, p. 14.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 16.

³⁵ Trotsky, *op. cit.*, p. 21.